



**DISCURSO DO PROVIDOR DE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA NO
LANÇAMENTO DO LIVRO
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TIMOR-LESTE – TEORIA E PRÁTICA**

Sua Exa. Dr. Dionísio Babo, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça e Ministro da Administração Estatal,
Sua Exa. Dra. Natércia Gusmão, Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça,
Suas Exas. Deputados do Parlamento Nacional,
Sua Exa. Dr. Aurélio Guterres, Reitor da Universidade Nacional Timor-Lorosa'e
Suas Exas. Membros do Governo,
Suas Exas. Representantes da Delegação da Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP,
Excelentíssimos Magistrados e Atores Judiciais,
Suas Exas. Representantes do Corpo Diplomático em Timor-Leste,
Ilustres Parceiros da sociedade civil,
Doutores e doutoras e futuros doutores e doutoras,
Senhoras e Senhores,

Bom dia,

É com grande satisfação que, em nome da PDHJ, agradeço a vossa presença hoje no lançamento do livro “Os Direitos Fundamentais em Timor-Leste: Teoria e Prática”.

Hoje, com o lançamento deste livro, abrimos uma nova página no trabalho da PDHJ: o apoio a estudos científico-académicos sobre os direitos fundamentais, considerados a partir de uma perspetiva jurídica. Também espero que esta publicação possa reforçar os mecanismos de proteção dos direitos fundamentais em Timor-Leste.

Em vários *fora* internacionais, incluindo no âmbito da rede das Instituições Nacionais de Direitos Humanos da CPLP, foi já identificada a importância das parcerias com instituições académicas para a proteção dos direitos humanos. É com grande orgulho que a PDHJ iniciou em 2013 um projeto com o Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que reflete a relação entre as Instituições Nacionais de Direitos Humanos e a academia. Para além da parceria com a academia em Portugal, a PDHJ também teve uma grande satisfação em ver concretizado o pedido à nossa UNTL para se juntar a nós, hoje, no lançamento deste livro.

A Provedoria constitui uma Instituição Nacional de Direitos Humanos com a imensa responsabilidade de contribuir para uma maior proteção dos direitos

humanos. A proteção de direitos humanos, incluindo os direitos fundamentais com consagração na Constituição da RDTL, pode ser realizada por duas vias principais: pela via de mecanismos jurisdicionais (mecanismos relacionados com os tribunais), e de mecanismos não jurisdicionais (mecanismos não ligados aos tribunais). A PDHJ constitui uma instituição de direitos humanos de natureza não jurisdicional. Os tribunais e os componentes do sistema de justiça, como o Ministério Público, a Defensoria e os advogados, integram um mecanismo jurisdicional de proteção dos direitos fundamentais em Timor-Leste.

Estes mecanismos, embora de natureza diferente, não se encontram de costas viradas uns para os outros. Na verdade, os mesmos funcionam em paralelo e, em determinados momentos, acabam por se cruzarem.

De modo a poder reforçar a nossa efetividade enquanto instituição de proteção dos direitos humanos de carácter não jurisdicional, a PDHJ pode fazer uso da interpretação dos padrões de direitos fundamentais, tal como desenvolvida pelos tribunais. Noutros países, o trabalho desempenhado pelas INDH é fortalecido quando estas instituições podem fazer uso da interpretação dos tribunais sobre questões de direitos fundamentais e humanos.

Ainda que o sistema judicial necessite de ulterior desenvolvimento, a PDHJ reconhece os avanços já operados nesse sistema. Por exemplo, as mulheres estão vendo, através dos tribunais, uma progressão no nível de proteção dos seus direitos fundamentais; também não temos dúvidas sobre o mais alargado acesso à justiça, quando comparamos a situação atual com aquela de há 5 ou 8 anos atrás. Porém, a PDHJ considera que os tribunais e os atores judiciais podem ainda contribuir em maior medida para se abordarem os direitos fundamentais sob uma perspetiva jurídica, e fazer uma interpretação mais abrangente destas garantias.

Durante 3 anos, a PDHJ desempenhou-se para desenvolver categorias de violação de direitos humanos e de boa governação. Em particular, as categorias de violação dos direitos humanos foram desenvolvidas pela PDHJ com base numa análise do direito internacional, por não existir ainda vasta doutrina relevante ao ordenamento jurídico nacional para apoiar o desenvolvimento de materiais técnicos relevantes para o trabalho quotidiano da PDHJ.

A PDHJ acredita que chegou o momento de se dar um passo no sentido de apoiar dentro de uma perspetiva jurídica a proteção dos direitos fundamentais pelos mecanismos jurisdicionais e não jurisdicionais. Chegou também o momento de a Provedoria auxiliar este processo, representando, na verdade, uma das responsabilidades que decorrem do nosso Estatuto.

Senhoras e Senhores,

Um livro jurídico como a publicação “Os Direitos Fundamentais em Timor-Leste” pode constituir um importante instrumento de capacitação para os técnicos e profissionais do Direito em Timor-Leste. Atualmente, existe um número limitado de materiais de natureza académica sobre o ordenamento e sistema jurídico de Timor-Leste. Um livro de carácter pedagógico e simultaneamente analítico tem o potencial de reforçar o nosso conhecimento.

A Provedoria acredita que Timor-Leste pode beneficiar do desenvolvimento da doutrina jurídica que advenha de várias instituições. Considero que esta publicação pode ser útil para todos os profissionais de Direito que desempenhem funções em instituições públicas e privadas com competências ou uma missão relacionada com o desenvolvimento do nosso Estado de Direito. A PDHJ, através desta iniciativa, está agora prestando uma contribuição adicional na área específica dos direitos fundamentais.

Considero que através do processo de desenvolvimento deste livro, a PDHJ pôde garantir a qualidade desta publicação. A Provedoria identificou três autoras com estudos específicos na área dos direitos humanos e com experiência em Timor-Leste. A Dra. Carla é professora no programa de mestrado em direitos humanos na Faculdade de Direito de Coimbra e prestou apoio no desenvolvimento do Código Penal e Código de Processo Penal, bem como no do esboço do Código dos Direitos da Criança em Timor-Leste. A Dra. Rita trabalhou com a PDHJ no desenvolvimento de categorias de violação de direitos humanos, no Ministério da Justiça na área da lei sobre justiça tradicional e agora presta apoio no Ministério da Educação na implementação do direito à educação. A Dra. Bárbara trabalha com o sistema judicial e o ordenamento jurídico de Timor-Leste há 12 anos. Para além do conhecimento técnico e da relevante experiência das autoras, por acordo com o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, a publicação foi submetida a uma revisão científica rigorosa pelo Professor Jónatas Machado e outros professores da Faculdade de Direito de Coimbra.

As autoras tiveram a liberdade académica para escrever a sua análise e opinião. Naturalmente, nem todos concordarão com todo o conteúdo desta publicação, tal como acontece com qualquer doutrina jurídica noutros países. A intenção da PDHJ, com esta iniciativa, foi a de criar uma discussão com base numa perspectiva jurídica e ajudar a reforçar uma análise crítica do nosso Direito. Na prática, se as/os senhoras/senhores quiserem tecer considerações positivas ou elogios sobre este livro, podem dirigi-las a nós. Se tiverem críticas, poderão dirigir-se às autoras!

Este livro foi escrito em Português, uma das duas línguas oficiais de Timor-Leste. Uma publicação como esta tinha de ser escrito numa das línguas oficiais. A Provedoria escolheu escrever o livro usando a língua portuguesa, desde logo, pelo facto de a versão autoritária da legislação ser a escrita nesta língua. Ao mesmo tempo, sendo um livro em Português, a PDHJ pode também partilhar

esta publicação com os países integrantes da CPLP. Pretende-se igualmente que esta publicação constitua uma ponte e apoio ao acesso a outra doutrina jurídica em língua portuguesa, de países com sistemas civilistas como Timor-Leste.

A Provedoria reconhece que a língua Portuguesa não constitui a língua franca ou a língua mais falada em Timor-Leste. Eu próprio, tal como várias outras pessoas em Timor-Leste, estou ainda a aprender a língua portuguesa. No entanto, a realidade na área jurídica, bem como o facto de a maior parte dos atores judiciais terem já um domínio da língua portuguesa, influenciaram a nossa decisão de escrever, em primeiro lugar, um livro em Português. Porém, uma vez que Timor-Leste tem duas línguas oficiais, a PDHJ já iniciou a sua tradução para a língua Tétum.

Os titulares dos direitos de autor deste livro são a Provedoria e o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra. Estas instituições concordaram já que o livro deve ser de acesso livre a todas as pessoas. A PDHJ distribuirá apenas algumas cópias, dadas algumas limitações de orçamento, mas a versão electrónica do mesmo estará disponível no site da PDHJ e do Centro. Se outras instituições, como o Ministério da Justiça, a UNTL ou o Tribunal, ou ainda programas de desenvolvimento na área da justiça, quiserem fazer impressões ulteriores do livro para garantir um acesso mais amplo à versão impressa do mesmo, a PDHJ e o Centro disponibilizam-se a facilitar ou a dar autorização para essa impressão adicional.

Durante a abertura deste lançamento, gostaria de, em nome da PDHJ, agradecer às autoras pelo seu esforço intelectual e por terem retirado algum tempo do seu trabalho e das suas vidas para escrever este livro. Mana Bárbara e Mana Rita, muito obrigado. Obrigado também por participarem neste lançamento, apresentando o livro, e pela disponibilidade que demonstraram para responder a perguntas dos participantes. Gostaria igualmente de agradecer à UNDP e aos doadores que fizeram parte do projeto de capacitação da Provedoria. Agradecemos também ao Centro de Direitos Humanos de Coimbra, por se ter juntado à Provedoria de modo a garantir que Timor-Leste teria a possibilidade de ter um livro específico sobre direitos fundamentais e uma publicação de acesso livre a todas as pessoas.

Também gostaria de agradecer à UNTL pelo apoio prestado no lançamento deste livro. O agradecimento também se estende, naturalmente, ao Senhor Ministro Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça, Dr. Dionísio Babo, e à Dra. Maria Natércia, enquanto representante do Tribunal de Recurso, pela sua participação.

Com estas últimas palavras, faço a abertura do lançamento do livro “Os Direitos Fundamentais em Timor-Leste: Teoria e Prática.”